

**POVOS INDÍGENAS, PROCESSOS COLABORATIVOS E REPATRIAÇÃO
VIRTUAL: NOTAS SOBRE A COLEÇÃO CARLOS ESTEVÃO DE OLIVEIRA
DO MUSEU DO ESTADO DE PERNAMBUCO – ENTREVISTA COM O
PROFESSOR DR. RENATO ATHIAS - UFPE**

Renato Monteiro Athias (UFPE)¹

Rafael de Oliveira Rodrigues (UFAL)²

Os temas da colaboração entre povos indígenas e os museus e da repatriação de objetos de coleções etnográficas para os seus lugares de origem têm estado nas agendas dos antropólogos e museólogos nas últimas décadas (AUGUSTAT, 2017; ROCA, 2015). Nos Estados Unidos da América, por exemplo, existe em andamento uma lei que visa à repatriação de objetos indígenas para suas comunidades. Esta lei, intitulada *Native American Graves Protection and Repatriation Act* (NAGPRA), exige que os museus identifiquem e, dependendo do caso, retornem todos os restos humanos e os artefatos relacionados aos ritos funerários dos povos indígenas dos EUA. Experiência semelhante também é possível de se observar em Vancouver, no Canadá, especialmente no *Museum of Anthropology* (MoA) ligado à *University of British Columbia* (UBC), o qual assumiu o compromisso de trazer para a instituição povos indígenas canadenses para colaborar na confecção de narrativas expográficas com objetos originários de suas culturas. São sobre estes temas, centrais para antropologia e a museologia na atualidade, que trata esta entrevista com o Prof. Renato Athias.

Doutor em Etnologia pela Universidade de Paris X (Nanterre) e professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Athias tem

¹ Doutor em Antropologia pela Universidade de Paris X (Nanterre). Professor Associado II do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Coordenador do Laboratório de Antropologia Visual (LAV/UFPE) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Etnicidade (NEPE/UFPE). renato.athias@ufpe.br

² Doutor em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Membro do Laboratório da Cidade e do Contemporâneo (LACC/UFAL). rafael.rodrigues@santana.ufal.br

atuado com os povos indígenas do Nordeste e do Amazonas desde o início da sua formação. A partir do ano de 2003 ele deu início a um trabalho com esses povos, tomando como base a Coleção Etnográfica Carlos Estevão de Oliveira (CECEO), do Museu do Estado de Pernambuco, implementando ações de repatriação virtual e colaboração com povos indígenas destas regiões.

Apresentamos agora para o leitor as ações de colaboração e repatriação virtual que têm sido desenvolvidas pelo Prof. Athias e pelo Museu do Estado de Pernambuco, juntamente com sua equipe, ligada ao Núcleo de Estudos e Pesquisa e Etnicidade (NEPE), da UFPE.

Rafael de Oliveira Rodrigues: bom dia. Você poderia se apresentar nos contando um pouco da sua trajetória acadêmica e profissional?

Renato Athias: bom dia. Atualmente sou professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), coordenador do Laboratório de Antropologia Visual (LAV/UFPE) e do Núcleo de Estudos em Pesquisas e Etnicidade (NEPE/UFPE), que acabou de completar 20 anos de atuação aqui em Pernambuco. O nosso núcleo de pesquisa tem trabalhado com povos indígenas, quilombolas, povos ciganos, com enfoque no tema das relações interétnicas, principalmente nos estados do Nordeste e do Amazonas, no Brasil. Sou formado em filosofia, com pós-graduação em antropologia, área que tem sido meu lugar institucional e profissional como pesquisador, estando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE desde 1995.

Minha história de pesquisa e produção acadêmica é no campo disciplinar da etnologia indígena principalmente com as temáticas das relações interétnicas, objetos e coleções etnográficas, antropologia visual, tanto aqui no Brasil como no exterior. Tenho atuado nas áreas de produção de filmes e áudio visual, por exemplo, na Inglaterra, onde realizei um filme sobre exilados políticos do Congo na cidade de Londres, e também no México, onde tenho trabalhado a relação das imagens com os museus comunitários e museus indígenas.

R.O.R.: quando começou seu interesse pelos museus etnográficos?

R.A.: se você me pergunta sobre meu interesse pelos museus etnográficos, eu posso dizer que é uma preocupação já de bastante tempo. Um dos primeiros debates em que eu estive envolvido, aqui eu faço referência à década de 1970, especificamente entre os anos de 1978 e 1979, na cidade de Manaus, foi justamente com o Museu do Índio, administrado pelas Irmãs Salesianas. Grande parte dos objetos deste museu, talvez a totalidade, é proveniente da região do Alto Rio Negro, no Amazonas.

Nesta ocasião, eu era o coordenador do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e estava acompanhado de um representante da etnia Tukano do Alto Rio Negro, da região do Rio Tiquié. Ele estava buscando uma intervenção neste museu, cujo objetivo era retirar da exposição permanente uma flauta Juruparí. Segundo Gabriel Gentil, o Tukano que estava comigo neste momento, juntamente com outros colegas atuando no movimento indígena e indigenista de Manaus, a maior preocupação desta intervenção era preservar o respeito à flauta (trompete), que não deveria estar sendo exposta da maneira em que se encontrava. Ela é um instrumento restrito às mulheres, mas naquela circunstância aberta à visita pública, homens e mulheres teriam acesso a esse objeto ainda vivo de cerimônias de trocas ritualizadas entre os Tukano. A ideia central da intervenção seria conscientizar as irmãs salesianas de que aquela flauta não deveria estar exposta de um modo que possibilitasse o acesso de qualquer pessoa, pois ela era um objeto sagrado e de uso ritualístico, não podendo ser visto pelas mulheres na tradição local³.

Esta ação teve um impacto muito grande no meu contato com os povos indígenas e também com os museus etnográficos, levando-me a aprofundar meu conhecimento sobre a relação desses índios com suas práticas ritualísticas – que estão relacionadas com ancestrais e personagens que têm um significado profundo no entendimento cosmológico dessas populações – e também sobre a forma de representação desses índios nos museus.

Posso dizer que comecei a entender parte do significado dos objetos e coleções etnográficas nos museus, especialmente as exposições que envolviam os povos indígenas, quando fizemos essa intervenção. Ela tinha como fim último possibilitar aos índios manifestar seus interesses com relação às exposições que envolvem objetos de coleções deles próprios. Essa relação entre os povos indígenas e os museus foi pouco a pouco se tornando o foco da minha atuação acadêmica.

Mas foi apenas a partir de 2003 que eu fui ter uma relação mais direta e sistemática com uma coleção etnográfica, a *Coleção Carlos Estevão de Oliveira* (CECEO) que se encontra abrigada no Museu do Estado de Pernambuco, aqui na cidade do Recife. A partir de então tenho

³ Todos os povos indígenas da etnia Tukano, ao longo do Rio Negro e do Rio Uaupés, praticam o ritual do Juruparí, utilizando máscaras e flautas. Nestes rituais as máscaras são uma representação do mito de origem destas etnias, representam, portanto, um tipo de divindade criadora, já as flautas Paxiúbas, confeccionadas a partir da *Iriarte exorbiza*, uma palmeira nativa da região, representam a voz de suas divindades criadoras. Dentro dos rituais Juruparí os homens ocupam maior protagonismo, devendo as mulheres ficarem reclusas no momento em que as máscaras e as flautas são utilizadas. Na etnologia indígena, as flautas são comumente referenciadas como flautas Jurupari (RODRIGUES, 2017).

discutido a exposição permanente do museu e a produção dos textos e imagens para o livro sobre as coleções do Museu do Estado de Pernambuco, financiado pelo Banco Safra.

R.O.R.: Você poderia nos dizer quais são os objetos que compõe a CECEO, de onde eles são provenientes e como você chegou até ela?

R.A.: a CECEO é uma coleção etnográfica bastante grande e importante. Os objetos que a compõem foram coletados por Carlos Estevão de Oliveira entre os anos de 1908 e 1946, ano do seu falecimento⁴. Esta coleção não tem importância apenas para o Estado de Pernambuco, mas também para o Estado do Amazonas, pois reúne objetos não só dos povos indígenas do Nordeste, mas também do Alto Rio Negro. É a partir do meu contato com esta coleção que venho a atuar sistematicamente com o tema das coleções etnográficas nos museus, interessando-me mais propriamente pelos objetos dos povos indígenas do Alto Rio Negro que estão espalhados em diversos museus, tanto na Europa como nos EUA.

A minha principal preocupação acadêmica tem sido promover a restituição, a devolução destes objetos aos próprios índios. Atualmente, grande parte dos índios não tem conhecimento destes objetos, que, na sua maioria, foram coletados durante o século XIX nas áreas indígenas e levados para museus em diversas partes do mundo. O meu papel tem sido identificar onde estão esses objetos e como eles chegaram lá, procurando acompanhar os seus deslocamentos.

Os objetos que compõem a CECEO foram colecionados pelo próprio Carlos Estevão de Oliveira em conjunto com Curt Nimuendajú⁵. Eu diria que 90% dos objetos que fazem parte hoje

⁴ Carlos Estevão era pernambucano, tendo formação em direito e um interesse particular por folclore. Ao longo dos anos de 1908 e 1946 formou um valioso acervo de mais 2.000 objetos etnológicos e 900 arqueológicos, especialmente da região do Amazonas, onde trabalhou em importantes cargos no Estado do Pará, como promotor público em Alenquer, funcionário público em Belém e principalmente no período em que foi Diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi, cargo que exerceu até o final de sua vida. De forma precisa a Coleção Carlos Estevão é constituída por mais de 3.224 peças etnográficas e arqueológicas de diversos povos indígenas, e um precioso conjunto com cerca de mil e quinhentas fotografias realizadas provavelmente no período entre 1909 a 1946; além de documentos que registram parte da prática etnológica da antropologia brasileira na primeira metade do século XX e o cotidiano e aspectos de vários povos indígenas do nordeste e norte do Brasil e da Amazônia ameríndia (BARROS; ATHIAS, MELO, 2012).

⁵ Durante o período em que foi Diretor do Museu Emílio Goeldi, Carlos Estevão conservou uma próxima relação com Curt Nimuendajú, etnólogo autodidata e pesquisador do Serviço de Proteção dos Índios (SPI) – órgão precursor da FUNAI – com o qual escutou e leu seus principais relatos etnográficos, e o incentivava a elaborar o Mapa Etnolinguístico dos povos indígenas do Brasil, cujo um dos originais, confeccionado em papel canson, naquim e aquarela, encontra-se no acervo da CECEO, sendo este mapa hoje uma referência para todos aqueles interessados nos povos indígenas do Brasil. Além do famoso mapa etnolinguístico, no acervo documental também foram encontrados documentos inéditos de Curt Nimuendajú, como manuscritos dos cursos de etnologia que ministrou no Museu Nacional e no Museu Goeldi. Carlos Estevão cultivou uma estreita amizade com Curt Nimuendajú – que antes de etnólogo foi um colecionador⁶ -, e dessa amizade decorre a posse de vários artefatos indígenas, que

da CECEO foram coletados por Curt Nimuendajú em suas diferentes expedições na Amazônia. São objetos provenientes de aproximadamente 54 povos indígenas de diferentes Estados do Nordeste e também do Amazonas. Ao estudar estes objetos, podemos visualizar as imagens das expedições realizadas por Curt Nimuendajú para coletar objetos, os quais seriam enviados para museus no exterior, grande parte intermediada por Carlos Estevão que era o Diretor do Museu Goeldi.

Carlos Estevão de Oliveira, com sua relação bastante próxima a Curt Nimuendajú, teve oportunidade de conhecer os objetos e também de discutir com ele sobre como tinham sido coletados, seus significados e, até mesmo, o porquê deles terem sido coletados. Curt Nimuendajú, como grande conhecedor dos povos indígenas com os quais ele trabalhava, certamente deve ter passado estas informações para Carlos Estevão de Oliveira.

A partir do que tenho analisado ao longo dos últimos anos de trabalho com a CECEO, eu imagino que grande parte dos objetos tenha sido adquirida por Carlos Estevão quando Curt Nimuendajú ainda estava vivo em Belém, no Pará, realizando suas expedições. Já em relação à parte documental, acredito que a grande maioria tenha sido adquirida pelo próprio Carlos Estevão da viúva do Curt Nimuendajú. A minha hipótese é de que este deve ter sido o caminho que eles fizeram até chegarem à formação atual da CECEO.

Grande parte desses objetos, referente à parte documental da CECEO, é composta por relatórios, cópias de livros, cópias de relatorias enviadas ao Serviço de Proteção do Índio (SPI) e cartas inéditas ainda. Destaco que ainda existe uma parte da CECEO que precisa ser bem estudada e organizada, para ser disponibilizada *on line*.

R.O.R.: Como tem sido o seu trabalho como a CECEO?

R.A.: nós, eu e os demais colegas da equipe técnica, conseguimos realizar um inventário mais apropriado, específico dos objetos, ao mesmo tempo em que conseguimos fotografá-los e criar um acervo virtual, o qual nós chamamos do Museu Virtual da CECEO. Nós trabalhamos na organização, digitalização e classificação, procurando deixá-los como haviam sido organizados pelo próprio Carlos Estevão, mas com uma nova roupagem para a coleção.

formaram uma coleção pessoal, que cumprindo sua vontade foi doada ao Museu do Estado de Pernambuco após sua morte (BARROS; ATHIAS; MELO, 2012)

Eles podem ser acessados em qualquer parte do país e do mundo⁶. Ao acessar o site, com os objetos digitalizados, é possível perceber a grande quantidade de objetos que compõe a coleção e também a localidade de onde eles são provenientes.

Além dos objetos etnográficos propriamente ditos, a coleção é composta por uma série de documentos e de fotografias. Com as fotos, foi realizado um trabalho imenso para além da organização e seleção, visando à construção de uma narrativa visual da coleção com a finalidade de apresentar ao público mais amplo estas fotografias.

São fotografias que, sem dúvida, Carlos Estevão prezava bastante. Algumas delas ele mesmo fez entre 1937, 1938 e 1942, aqui nos estados do Nordeste, principalmente Ceará e Pernambuco. Estas fotografias, feitas por ele, retratam povos indígenas como os Fulni-ô, da cidade de Águas Belas, os Pankararu, da cidade de Petrolândia, ambas no Estado de Pernambuco, e também os Tremembé, no estado do Ceará. Destaco as do ano de 1942, no qual ele realiza algumas imagens do ritual Ouricuri com os Fulni-ô⁷. Esse é o conjunto que nós podemos chamar de fotografias de Carlos Estevão.

A outra parte da coleção fotoetnográfica de Carlos Estevão são as fotografias que ele adquiriu da coleção do Curt Nimuendajú. Algumas fotografias originais feitas pelo próprio Nimuendajú foram publicadas em livros, algumas copiadas e enviadas para outras instituições de pesquisa, além de outras que nunca foram publicadas. Destas inéditas, eu gostaria de ressaltar algumas dos Ramkokamekrá, povos indígenas pertencentes ao grupo étnico Canela, do estado do Maranhão, que ainda não foram publicadas, mas se encontram no acervo fotográfico da CECEO.

O terceiro conjunto de objetos é composto por documentos e, como eu falei anteriormente, são documentos principalmente de Nimuendajú. Então, nós vamos ter nessa parte documental, por exemplo, todo o curso de etnologia que ele ministrava no Museu Paraense Emílio Goeldi. É um material interessantíssimo para ver preocupações antropológicas dele e o modo como ele apresentava a antropologia para os alunos no contexto de época.

Destes documentos textuais institucionais, grande parte já está publicada. Na realidade, são cópias de manuscritos que foram enviadas a Gotemburgo, na Suécia, e também aos EUA,

⁶ Ver Coleção Carlos Estevão de Oliveira, **Museu do Estado de Pernambuco**. Disponível em <<http://www3.ufpe.br/carlosestevao/museu-virtual.php>> Acesso 22 de junho de 2018.

⁷ O povo indígena Fulni-ô é o único grupo que manteve sua língua materna no Nordeste brasileiro. O ritual do Ouricuri é caracterizado por um período de isolamento do grupo num retiro fora da aldeia onde eles residem.

que fizeram parte do *Handbook of South American Indians*, editado por Robert H Lowie⁸. Eu destaco também os textos que ele produziu de março a setembro de 1927, na região do Alto Rio Negro, que foram publicados e editados por Alfred Métraux para o *Journal de la Société des Américanistes*. São poucos os documentos de Nimuendajú que ainda não foram publicados e os originais encontram-se na CECEO, no Museu do Estado de Pernambuco.

R.O.R.: Você poderia nos falar um pouco mais sobre o projeto de trabalho de divulgação da CECEO em parceria com o Museu do Estado de Pernambuco?

R.A.: sobre o projeto de divulgação da CECEO, eu gostaria de destacar uma grande exposição que nós realizamos em 2010. Eu diria que, mais do que uma exposição, foi uma instalação com objetos de uso rituais em dança e instrumentos musicais colecionados por Carlos Estevão. Esta exposição foi intitulada *Mitos, Rituais e Danças entre os Índios*. Para esta instalação foram selecionados especificamente objetos dos indígenas dos Estados de Pernambuco, da Bahia e do Maranhão. Procuramos associar os objetos imagéticos, ou seja, as fotografias à música e utilizamos o Toré⁹ para dialogar com os objetos musicais da coleção. Esta instalação permitiu colocar em evidência uma série de elementos da cultura de povos indígenas de diferentes etnias, através das fotografias de objetos utilizados nos rituais dos povos indígenas. Todos estes objetos foram selecionados a partir da CECEO.

O projeto também nos permitiu elaborar uma exposição com objetos coletados por Curt Nimuendajú. Para esta exposição utilizamos uma coleção de objetos de cerâmica da CECEO. Nesta exposição nós colocamos em relação objetos etnográficos, como a cerâmica de uso do cotidiano, com objetos cerâmicos arqueológicos, da região de Santarém, no Amazonas, os quais foram coletados em 1920. Essa foi uma exposição menor do que a outra, mas que também teve como finalidade relacionar o modo como a cerâmica fora utilizada no passado e no presente por estes diferentes povos indígenas.

R.O.R.: você tem trabalhado dois temas centrais para a antropologia e os museus: a colaboração no tratamento dos objetos de coleções e a repatriação virtual destes objetos. Como funciona o processo colaborativo entre o Museu e os povos representados na coleção?

⁸ Ver *Handbook of South American Indians*. Disponível em **Biblioteca Digital Curt Nimuendajú**. <<http://www.etnolinguistica.org/handbook:intro>> Acesso em 22 de junho de 2018.

⁹ Dança característica dos povos indígenas do Brasil.

R.A.: Nós conseguimos realizar quatro projetos distintos com as fotografias do Curt Nimuendajú e do Carlos Estevão juntando os povos indígenas na atualidade. Uma exposição que foi realizada com os Fulni-ô na área indígena, na cidade de Águas Belas, em Pernambuco, organizada por meus colegas que trabalharam junto comigo. Outra foi realizada com os Ramkokamekrá, também na área indígena, precisamente na Aldeia Escalvado, no Maranhão. Estas exposições são experimentos de curadoria compartilhada em conjunto com os Fulni-ô e com os Ramkokamekrá. Também foram realizadas curadorias em conjunto com os Pamkararu, nas aldeias na cidade Petrolândia, em Pernambuco.

São exposições que tiveram relação direta com os povos indígenas atuais. Ao levar essas imagens, essas fotografias para os índios, para os Fulni-ô, por exemplo, foi possível estimulá-los a rever suas memórias do passado. Considero que estas fotografias e suas exposições entre esses diferentes povos indígenas do Nordeste possibilitaram devolver elementos do passado deles. Ou seja, promoveram uma espécie de repatriação virtual da memória, não só dos lugares retratados, mas também das pessoas retratadas nestas imagens no passado. Estas pessoas puderam ser lembradas pelos diferentes povos que tiveram contato com as imagens, promovendo uma espécie de revitalização das memórias a partir das fotos.

R.O.R.: Focando um pouco mais no tema da repatriação virtual, como você tem trabalhado este tema no trato com a CECEO?

R.A.: o conceito de repatriação virtual já foi trabalhado por outros colegas antropólogos em outras situações. No caso destas fotografias da CECEO, eu tenho trabalhado o conceito em duas dimensões. Primeiro para promover a repatriação virtual, no sentido de disponibilizá-las no Museu Virtual da CECEO, permitindo que os museus confeccionados por indígenas e os próprios índios de diferentes grupos possam acessá-las. Segundo, fazendo com que este trabalho que nós temos feito junto com o Museu do Estado de Pernambuco, restitua fisicamente estas fotografias às aldeias, ou seja, as fotos dos objetos, dos rituais e das dinâmicas socioculturais registradas por Carlos Estevão e Curt Nimuendajú são reproduzidas e devolvidas às aldeias. Estas imagens têm mexido com a memória das pessoas, especialmente os indígenas, que têm frequentado as exposições. Eu acho que isso permite aos Pankararu, aos Fulni-ô e aos Ramkokamekrá uma reflexão e uma discussão do seu passado a partir deste trabalho colaborativo.

Outro trabalho colaborativo que eu acho importante frisar foi juntar numa mesma publicação o relatório de Curt Nimuendajú sobre a situação do Alto Rio Negro, em 1927, e seus estudos linguísticos. A junção deste material etnográfico com as fotografias possibilita que hoje os índios tenham uma noção do que estava acontecendo em 1927. De certa forma, o contato dos índios com esse material possibilita um entendimento melhor da memória coletiva.

Estas fotografias, que não haviam sido ainda publicadas e muito menos relacionadas com seus escritos sobre linguística nesta região, possibilitam que os indígenas possam visualizar as transformações de elementos da sua cultura material com elementos das suas línguas, percebendo momentos de continuidade e rupturas na sua cultura.

R.O.R.: Você tem conhecimento se existem experiências como estas que você tem realizado com CECEO, no Museu do Estado de Pernambuco, em outros países?

R.A.: Nas visitas que eu tenho realizado em museus etnográficos aqui no Brasil, na Europa e nos EUA percebo que existe um desenvolvimento muito grande na utilização das mídias digitais. As mídias digitais estão presentes em diferentes situações, em diferentes museus etnográficos, de uma maneira bastante positiva. Elas têm sido uma boa ferramenta. Em alguns museus nós podemos até mesmo perceber que todas as exposições são realizadas através dos multimídias e das tecnologias digitais. No que se refere aos povos indígenas, é interessante perceber que eles gostam de perceber e de se perceber nessas mídias digitais. Há um interesse bastante grande na utilização, e eles mesmos as utilizam em diferentes situações, por exemplo, nos filmes e documentários produzidos sobre os índios e quando eles próprios são os realizadores desta produção imagética.

Outra questão que deve ser destacada é o fato de que quando estes objetos são retirados dos seus contextos originais, nas aldeias indígenas e são agregados aos acervos dos museus, eles deixam de ser de propriedade dos povos indígenas e passam a ser propriedade dos museus e dos seus respectivos estados.

Existem várias ações que têm sido desenvolvidas em geral no mundo visando à devolução, o repatriamento destes objetos para os seus lugares de origem. Falo especificamente dos EUA e da Europa, onde temos diferentes experiências desenvolvidas em diversas situações. No que diz respeito aos índios do Brasil e em relação aos objetos que eu tenho trabalhado na Europa, eu diria que grande parte dessa população indígena não tem sequer conhecimento dos objetos que pertenceram aos seus parentes e hoje se encontram no exterior. Eles foram levados

em diferentes circunstâncias e pertencem atualmente ao acervo destes museus, sob a guarda dos Estados onde estão localizados. A discussão da repatriação destes objetos para suas próprias comunidades indígenas ainda é uma questão para ser discutida.

Então, eu retomo ao início da minha fala sobre a discussão que nós tivemos em Manaus no Museu do Índio entre os anos de 1978 e 1979, sobre fazer com que estes objetos voltem para suas comunidades de origem ou, ao menos, sejam representados de acordo com os princípios culturais que regem os grupos indígenas. Hoje em dia é muito difícil identificarmos se, de fato, esses objetos teriam certa continuidade histórica com as culturas indígenas, mas é necessário que haja uma discussão sobre este assunto. E no que se refere ao Museu do Índio em Manaus, do qual eu falei no início da nossa conversa, no mínimo, eu acho que os gestores deste acervo deveriam facilitar a presença dos índios na elaboração e produção de narrativas expográficas. Desta forma, estes objetos poderiam representá-los de forma mais efetiva e não simplesmente colocados, como eram nos antigos gabinetes de curiosidades, juntos com objetos de fontes e origens diversas, completamente misturados ou apresentados de maneira displicente em relação aos grupos representados.

R.O.R.: Como este tipo de experimento técnico de repatriação virtual pode influenciar às lógicas locais os povos indígenas?

R.A.: a constituição e a elaboração do que nós temos chamado de Museu Virtual da CECEO, como eu já disse, permite o desenvolvimento desta noção de repatriação virtual. No momento em que há um trabalho de estudo, de organização, de separação e de disponibilização *online* deste material, já é possível falarmos de uma repatriação virtual.

Quer dizer, os povos indígenas da região do Rio Negro, por exemplo, podem acessar não só os objetos documentais, como também os objetos etnográficos dessa coleção a partir de uma ferramenta virtual. Especificamente para este museu nós desenvolvemos uma técnica, uma tecnologia de fácil acesso e de fácil manuseio, no sentido de possibilitar que os museus confeccionados por indígenas possam utilizar esta mesma tecnologia para mostrar a um público maior, através da *internet*, os objetos que estão expostos, ou fazem parte da CECEO. Então, é uma forma simples de trabalhar e fazer com que grande parte dos povos indígenas possa ter acesso a estes objetos.

A tecnologia de colocar este acervo *online* foi criada por um grupo de estudantes, com os quais nós trabalhamos aqui em Pernambuco. Ela foi desenvolvida a partir de um código aberto,

podendo ser reproduzida em diversos locais com certa facilidade. Esta discussão sobre repatriação virtual tem a ver, não só com a memória destas populações, mas também com a ideia de dar visibilidade a estes objetos em diferentes situações, quer dizer, aqui no Brasil, na França, na região do Alto Rio Negro, no Nordeste. Ou seja, onde quer que haja acesso à *internet* eles podem acessar seus próprios objetos e acessar essas fotografias que foram feitas por Curt Nimuendajú ou pelo próprio Carlos Estevão na primeira metade do século passado. São fotografias que nos colocam diante desta realidade, deste cotidiano que nós podemos ver hoje.

R.O.R.: Por fim, gostaríamos de saber o que os índios pensam sobre os objetos representativos de sua cultura nos museus e como esse processo que envolve colaboração e repatriação virtual tem sido útil para eles?

R.A.: é difícil definir de forma precisa o que eles pensam sobre isso. Como já disse muitos índios sequer imaginam que existem objetos representativos de suas culturas nos museus. Já sobre as ações de colaboração que temos desenvolvido a partir da CECEO, ele afeta os índios de diferentes maneiras. Primeiro permitindo que eles atuem de forma efetiva na confecção da narrativa expográfica na apresentação de suas histórias nos museus. Isto evita imensos equívocos como os que eu já pontuei no caso do Museu do Índio gerenciado pelas irmãs salesianas, em Manaus, onde objetos proibidos de serem vistos pelas mulheres, sob pena de atrair desgraça para a aldeia, fossem mostrados de forma indiscriminada. E ainda sobre repatriação virtual eu acho que ela é uma discussão ampla. No caso dos povos indígenas do Brasil, ela é pouco discutida, mas em algumas situações em que ela é discutida, não há consenso no movimento indígena em relação aos objetos que se encontram em museus fora da área indígena. Eu acho que esta é uma discussão sempre necessária, e que nós, antropólogos, podemos ampliar e realizar de forma mais efetiva, juntamente com os povos indígenas, buscando um tratamento colaborativo para estes objetos nas suas diferentes situações e nos diferentes museus em que eles se encontram.

Estamos discutindo vários projetos para um futuro próximo juntamente com os professores indígenas e lideranças no Rio Negro. Ano passado, 2017, eu trabalhei com objetos da região do Alto Rio Negro em diferentes museus dos EUA e Europa e estou discutindo uma exposição para ser realizada em São Gabriel da Cachoeira, com objetos que se encontram nesses museus. Eu tenho chamado isso em meus trabalhos recentes de repatriação virtual, pois se trata exatamente disso: trazer de volta esses objetos, alguns deles com quase dois séculos fora de seus lugares,

no Rio Negro, utilizando as tecnologias digitais atuais que dispomos para fazer esse tipo de repatriação. O ideal seria a realização de diversas exposições nos museus onde esses objetos se encontram e, em seguida, digitaliza-los e transformá-los em exposições virtuais e produzir hologramas de alguns destes objetos e impressões em 3D para serem expostos em realidades virtuais em São Gabriel da Cachoeira. Essas exposições serão realizadas seguindo o modelo colaborativo com representantes indígenas que de fato conhecem muito bem esses objetos que estão espalhados no Brasil e fora do Brasil.

Referências

- AUGUSTAT, Claudia; KAPFHMMER, Wolfgang. Looking back ahead: a short history of collaborative work with indigenous source communities at the Weltmuseum Wien. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.** Belém, v. 12, n. 3, p. 749-764, set.-dez, 2017.
- BARROS, N.A.; ATHIAS, R.; MELO, W.T. Espaços de memórias e identidade – Três exposições com fotografias do acervo da Coleção Etnográfica Carlos Estevão de Oliveira. **Revista Antropológicas**, ano 16, v. 23 (2), 2012.
- ROCA, Andrea. Acerca dos processos de indigenização dos museus: uma análise comparativa. **Mana** 21(1): 123-155, 2015.
- RODRIGUES, Rafael de Oliveira. **Da crônica de viagem ao objeto museal**: notas sobre uma coleção etnográfica brasileira em Roma. Florianópolis, 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina.